



**Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital
Feminina (06-02-2011)**

Excelência Senhor Dr. Jorge Branco, Presidente do Conselho de Administração da Maternidade Alfredo da Costa,

Exma. Senhora Dr.^a Maria Antónia Almeida Santos, Presidente do Grupo Parlamentar Português sobre a População e Desenvolvimento,

Excelentíssima Senhora Dr.^a Elza Pais, Secretária de Estado da Igualdade,

Excelência Senhor Dr. Manuel Pizarro, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde,

Exmos. Senhores do Grupo de Trabalho do Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina,

Distintos participantes que assinalam o Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Começo por agradecer o convite e endereçar as minhas felicitações ao Governo Português, particularmente à Senhora Secretária de Estado da Igualdade pelos esforços consentidos para a celebração do dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina (MGF), nesta ocasião em que foi apresentado o II Programa de Ação para a Eliminação da MGF (2011-2013).

Aproveito, também, esta ocasião para saudar calorosamente todos os distintos participantes que assinalam este dia, cuja presença traduz, de modo inequívoco, a vontade e o empenho no abandono à Mutilação Genital Feminina MGF.

Ao longo da história da humanidade, em todo o mundo as meninas e mulheres têm sido vítimas de formas de violência tradicionalmente condenáveis. Na África, a (MGF) tem sobrevivido, desde há muito, em nome da tradição. Nos nossos dias, esta prática não pode e não deve ser tolerada.

Hoje, ao celebrarmos mais um aniversário de Tolerância Zero sobre à MGF testemunhamos o compromisso e a vontade política de Portugal nesta temática, através da apresentação pública do seu “ II Programa de Ação para a Eliminação da MGF”, inscrito no IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e Não Discriminação (2011-2013).

Saúdo Portugal por este compromisso político específico que confirma o crescente reconhecimento do problema das práticas tradicionais lesivas, demonstrando o empenho e esforço colectivo na luta contra a MGF.

Gostaria de salientar ainda que este programa de ação vai de encontro aos temas prioritários e de maior relevo para a CPLP, que retomou o acompanhamento da matéria sobre a Igualdade de Género com um maior nível de atenção e reforço do seguimento de ações na luta contra a MGF no espaço da Comunidade.

Em 10 de Dezembro de 2009, foi promovido um Encontro do Grupo de Trabalho Inter-Sectorial alargado a outras entidades públicas e ONG no Secretariado Executivo da CPLP, em Lisboa, para assinalar o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Neste encontro, o Fórum da Juventude da CPLP apresentou publicamente uma Declaração Política sobre MGF subscrita pelo Conselho Nacional da Juventude (CNJ) dos países CPLP.

A Segunda Conferência Ministerial de Responsáveis pela Igualdade de Género da CPLP, que teve lugar em Maio de 2010, aprovou a Resolução de Lisboa que consagrou a importância política e institucional dada à igualdade de género neste espaço de cooperação e acordou o esforço conjunto na eliminação da violência de género, incluindo as práticas tradicionais nocivas.

Neste contexto ficou delineado a elaboração do Plano Estratégico para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres na CPLP (PECIGEM/CPLP), tendo a VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo (Luanda, 27 de Julho de 2010) se congratulado com a sua aprovação em sede própria.

Este Plano pretende criar um quadro sistemático de intervenção transversal e sectorial na área da igualdade e equidade de género e prevê um conjunto de medidas com o objectivo de combater as práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF.

Os países da CPLP têm demonstrado empenho político na eliminação de todas as formas de violência, como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de objectivos e políticas de promoção de promoção dos direitos humanos, não sendo a MGF um costume inofensivo já que causa danos físicos e psicológicos irreversíveis, podendo ainda levar à morte de raparigas de todas as idades.

Para que o objectivo da "Tolerância Zero à MGF" seja uma realidade a curto prazo, teremos todos, sem excepção, de forma estratégica e coordenada, de mobilizar mais recursos e unir esforços contínuos, de tal modo que as nossas meninas e mulheres possam gozar de um nível elevado de saúde e bem-estar.

Apelo a todos, no sentido de que reconheçamos que a MGF é uma violação dos direitos das meninas e das mulheres e para denunciar esta prática que ainda existe em pelo menos 28 países de África e do Médio Oriente, como ainda na Ásia e em comunidades emigrantes na Europa, América do Norte e Austrália.

Muito obrigado,